



Waldemir Moka (C) ouviu o ministro Mendes Ribeiro Filho defender a criação da agência durante audiência na Comissão de Agricultura

Governo planeja agência para orientar pequeno agricultor

Ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho anunciou no Senado planos de criar sistema

nacional de extensão rural, atividade que hoje é feita de forma diferenciada por estados e municípios. **3**

JORNAL DO SENADO

www.senado.leg.br/jornal

Ano XVIII — Nº 3.773 — Brasília, sexta-feira, 9 de novembro de 2012



Erro gera nova polêmica sobre divisão de royalties

Senadores contrários à decisão da Câmara de redistribuir os recursos da exploração do petróleo pedem nova votação por mudança de conteúdo; relator no Senado e presidente da Câmara consideram ter havido lapso formal

Uma falha no cálculo de porcentagem para repartição dos royalties de 2012 a 2020 fez ressurgir a polêmica em torno do assunto. O texto aprovado pela Câmara

nesta semana, idêntico ao que saiu do Senado em outubro de 2011, destina 3% — e não 2% — a partir de 2017 aos municípios afetados por operações de embarque e desembarque de

petróleo, elevando a soma do total distribuído a 101%, e não 100%. Relator no Senado, Vital do Rêgo apresentou à Mesa pedido de correção por ofício, que foi enviado à Câmara. **4**

Governo deve ouvir todos os lados sobre ICMS único, diz Sarney **5**

Sem votação no Senado, MP do Pasep perde validade hoje **5**



Eduardo Braga (4º à esq.) participa de audiência sobre telefonia celular

Celular 4G exige “lei das antenas”, dizem operadoras

Operadoras pediram a aprovação de uma lei federal sobre antenas da telefonia celular. Segundo elas, várias leis municipais

impedem ou dificultam a instalação desses dispositivos, o que compromete a implantação da nova tecnologia 4G. **7**

Aprovados nomes para representar o Brasil na Itália e em Bangladesh **5**

Senado e UnB fazem acordo para vender livros a baixo custo **2**

Pesquisa revela perfil de quem compra na Livraria Virtual **2**



Debate na CE fez parte da 5ª Semana de Valorização da Primeira Infância

Especialista pede integração de políticas para a infância

O assessor da Organização Mundial para Educação Pré-Escolar Vital Didonet disse ontem, em audiência pública na

Comissão de Educação, que o Brasil já dispõe de iniciativas para propiciar uma infância feliz. Falta, no entanto, integrá-las. **6**



Paulo Paim coordena encontro da Comissão de Direitos Humanos que discutiu a situação dos portuários: aposentados e pensionistas compareceram em peso

Fundo de pensão dos portuários luta para sair da crise financeira

O Portus, fundo de previdência complementar dos portuários, busca uma solução para cobrir rombo de R\$ 4 bilhões criado, segundo seus dirigentes ouvidos ontem pela CDH, pela inadimplência das empresas patrocinadoras. **8**

Servidores públicos com idade entre 20 e 49 anos lideram as compras na Livraria Virtual, que tem mais clientes moradores de São Paulo

Pesquisa revela perfil do comprador de publicações do Senado na internet

QUEM MAIS PROCURA a Livraria Virtual do Senado é o servidor público com ensino superior completo, formado na área de ciências humanas, com idade entre 20 e 49 anos e renda bruta entre dois e dez salários mínimos. Esse é o perfil revelado pela primeira pesquisa qualitativa encomendada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado.

A pesquisa mostra também que o estado com mais clientes da Livraria Virtual é São Paulo (com 14,4%), seguido pelo Distrito Federal e depois Rio de Janeiro, Minas Gerais, Ceará, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia.

Em relação à ocupação, o segundo grupo em compras de obras do Senado pela internet é formado por estudantes e professores (27%), atrás apenas dos servidores (39,6%) e à frente dos profissionais liberais e autônomos (15,1%).

O formulário com 17 questões obteve resposta superior à média registrada em pesquisas qualitativas organizadas pela Secretaria de Pesquisa de Opinião do Senado, segundo a diretora da subsecretaria, Anna Maria de Lucena Rodrigues.

— Houve retorno de 18%, bem acima da média de 10%.



Nos pontos de venda presenciais, compras podem ser feitas com cartão de crédito, facilidade que deve ser levada à internet

O questionário foi enviado por e-mail aos 6.157 clientes cadastrados na Livraria Virtual, entre 17 e 26 de setembro. Foram avaliados serviço, sistema de pagamento e qualidade das publicações.

Preço e conteúdo

Do conjunto dos entrevistados, 66,4% qualificaram como ótimo o trabalho oferecido pela livraria, com itens que vão desde preço, ausência de erros de conteúdo e de erros de português até abrangência do conteúdo e sua atualidade.

As principais reclamações foram as dificuldades no

cadastro, no sistema de pagamento (atualmente só por boleto) e quantidades oferecidas para cada título. Alguns desses entraves já estão sendo resolvidos pela livraria.

— Licitamos o desenvolvimento de uma livraria nova que será hospedada fora do Prodasen — disse Anna Maria.

A empresa contratada para desenvolver o sistema deve concluir a implantação ainda este mês, e o lançamento deve ocorrer em dezembro. Outra iniciativa é licitar até o fim do ano a contratação de uma operadora de cartões de crédito para substituir o contrato com

a Cielo, que atende apenas compradores em pontos de venda presenciais.

A pesquisa mostra um cliente na internet diferente dos que adquirem as obras editadas pelo Conselho Editorial e pelas Edições Técnicas nos pontos de venda e nos estandes nas feiras de livro. Nesses locais, segundo Anna Maria, há uma grande procura de compradores com mais de 60 anos, que têm dificuldades em fazer compras on-line. A pesquisa registrou a participação de apenas 7,8% de clientes nessa faixa etária que adquirem as obras do Senado pela internet.

Criação do vale-transporte faz homenagem a Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos a Medalha do Mérito Precursor do Vale-Transporte, honraria concedida a 26 personalidades que lutaram pela consolidação desse benefício aos trabalhadores brasileiros. A cerimônia aconteceu na sala da presidência do Senado.

— É a maior prova de agradecimento a Sarney porque ele é o tutor desse instituto que é o vale-transporte — disse o presidente do Conselho Diretor da associação, Eurico Galhardi.

Na sua gestão como presidente da República (1985-1990), Sarney sancionou a Lei 7.418/85, que instituiu o vale-transporte, e a Lei 7.619/87, que tornou obrigatória a concessão do benefício pelos patrões.

Segundo Galhardi, depois da criação da Consolidação das Leis do Trabalho, o vale-transporte foi o instituto mais importante para os trabalhadores brasileiros.

— Hoje o trabalhador tem como ir de casa para o trabalho e do trabalho para casa, não importando a situação econômica do país. Nós devíamos essa homenagem ao presidente do Senado — justificou o representante das empresas de transporte.



Sarney e Doris assinam o acordo de cooperação técnica, ao lado do reitor da UnB e do diretor do Instituto Legislativo Brasileiro

Senado e UnB se unem para baratear livros

O presidente do Senado, José Sarney, e o reitor da Universidade de Brasília (UnB), José Geraldo de Sousa Junior, assinaram ontem na Presidência do Senado um protocolo de intenções e acordo de cooperação técnica para oferecer livros a custo mais baixo.

— É com imensa alegria que eu, como intelectual voltado para as coisas mais importantes, que são as do espírito, assino convênio de tamanha importância — disse Sarney.

José Geraldo celebrou o evento como significativa contribuição para oferecer a

expertise da Universidade de Brasília à formação do pensamento legislativo brasileiro.

Para Sarney, a iniciativa amplia o alcance da população aos livros num momento de restrição de recursos porque as duas instituições dispõem de acervos extraordinários. Ele expressou convicção de que o livro jamais desaparecerá.

— Livro é o grande repositório do saber humano. Quem melhor talvez tenha enfrentado a ideia de que a tecnologia vai superar o livro foi Bill Gates, quando disse que para começar teve que

ler livros — afirmou Sarney.

Diretora-geral do Senado, Doris Peixoto disse que o acordo representa uma extraordinária troca de experiência para a racionalização de gastos públicos e oferta de grande variedade de temas literários. Ela informou que Senado e UnB já assinaram 120 acordos técnicos.

Carlos Roberto Stuckert, diretor do Instituto Legislativo Brasileiro, e Florian Augusto Coutinho Madruga, diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, também participaram da cerimônia.

CORREÇÃO

A edição do **Jornal do Senado** de quarta-feira, dia 7, contém uma imprecisão. No texto "Lei de Adoção pode sofrer mudanças para coibir abusos" (pág. 3), Janete Oliveira, do Grupo de Apoio à Adoção de Volta pra Casa, defendeu mudança na lei para permitir a um casal *ajudar*, e não *bançar*, a gravidez de uma mãe interessada em entregar o filho para adoção. Para Janete, o verbo utilizado pode dar a impressão de que ela defende a chamada "barriga de aluguel", o que não é verdade.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Discursos

9h A sessão plenária não deliberativa é destinada a pronunciamentos de senadores e comunicados da Mesa.

SEMINÁRIO: Conhecimento e inovação

10h/14h A Frente Parlamentar Mista do Fortalecimento da Gestão Pública na Educação e a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) promovem os seminários *Sistema Nacional do Conhecimento e Inovação: uma alternativa ao 2º Plano Nacional de Educação? e Gestão da Educação*. Os dois eventos ocorrem no plenário da CE.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões das comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Ministro da Agricultura anuncia em audiência no Senado intenção de federalizar atendimento que atualmente varia de estado para estado e de município para município

Governo estuda criar agência de orientação técnica ao agricultor

DOIS DE CADA três agricultores familiares brasileiros fazem as atividades agropecuárias sem orientação técnica, segundo especialistas que ontem participaram de audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Para suprir as necessidades de orientação, o governo discute a criação de uma agência de extensão rural, conforme informou o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho.

— Os debates estão avançados. É fundamental que a extensão rural volte a ter no Brasil o papel fundamental que já teve — frisou.

O país contou com um sistema de abrangência nacional, desmantelado nos anos 1990 com a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), que era responsável pela coordenação do serviço. Desde então, o atendimento aos agricultores varia de estado para estado e mesmo entre os municípios.

Governos estaduais oferecem os serviços conforme as prioridades e disponibilidades orçamentárias, resultando em grande variação quanto à qualidade e cobertura dos serviços. Algumas prefeituras disponibilizam equipes de atendimento aos produtores, mas geralmente em pequeno número e com limitada capacidade de atuação. Em algumas regiões, os agricultores recebem orientação técnica de organizações não governamentais.



Moka presidiu debate em que ministro Mendes Ribeiro Filho defendeu reestruturação dos serviços de extensão rural

Autor do requerimento para realização do debate, Waldemir Moka (PMDB-MS) defendeu que emendas ao Orçamento da União destinem recursos à reestruturação dos serviços de extensão rural, para que o conhecimento gerado pela pesquisa chegue a produtores rurais.

A importância desse conhecimento foi destacada por Valter Bianchini, secretário da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ele disse que a produtividade de um agricultor que recebe assistência técnica é de três a cinco vezes maior que a de quem não é assistido.

Entre os desafios da futura agência governamental, Bianchini citou a renovação dos quadros das empresas de extensão rural, pois boa parte

dos 15 mil extensionistas tem mais de 50 anos de idade, segundo ele.

No mesmo sentido, Júlio Zoé de Brito, presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer), alertou para a limitação da abrangência dos serviços existentes no país.

— Cerca de 2,6 milhões de agricultores brasileiros nunca viram um extensionista. Precisamos ter um projeto para fazer chegar extensão rural a todos — afirmou Brito.

Helinton Rocha, assessor do Ministério da Agricultura, disse que a planejada agência de extensão rural deverá ser capaz de fazer frente aos desafios atuais da agropecuária e atuar em sintonia com as demandas do setor.

— Não se trata de recriar a Embrater, porque a realidade hoje é completamente diferente — disse, ao defender instrumentos de informação capazes de reduzir o tempo para que o conhecimento seja levado ao agricultor.

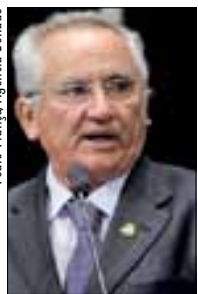
Para o presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Mauricio Lopes, a nova agência terá o desafio de promover a produção de alimentos mais nutritivos a partir de processos poupadores de energia e água, além de pouco poluentes.

— A agricultura ainda é carbonizada e contribui para emissão de gases de efeito estufa. Temos que desenvolver novas práticas para não sermos penalizados nos mercados internacionais — afirmou.

Também participaram do debate na CRA os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Tomás Correia (PMDB-RO).

Moka defende mais recursos para que produtores recebam o conhecimento das pesquisas

Tomás critica exclusão de cana-de-açúcar da Amazônia



Tomás Correia (PMDB-RO) falou ontem sobre as dificuldades dos produtores rurais de Rondônia, sobretudo no setor canavieiro. Ele criticou o Decreto 6.961/09, que exclui a Região Amazônica do zoneamento agroecológico para o plantio de cana-de-açúcar, resultando na paralisação de empreendimentos como a destilaria de álcool no município de Cerejeiras.

— O empreendimento foi licenciado em 2007, com investimento de R\$ 18 milhões. Mais de 2 mil mudas de cana estão sendo cortadas e jogadas fora. A continuar tal situação, 120 funcionários vão perder seus empregos — lamentou.

O senador ressaltou que a proteção do ecossistema é de interesse de todos, mas ponderou que não se pode negar a possibilidade de exploração econômica quando todos os cuidados relativos à preservação ambiental são tomados. Ele pediu apoio ao PLS 626/11, de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que autoriza o cultivo de cana-de-açúcar em área de Cerrado e campos gerais na Amazônia Legal, anulando efeitos negativos do decreto no estado.

Embrapa aprimora produção de café no Brasil, diz Suplicy



Em Plenário, Eduardo Suplicy (PT-SP) saudou os representantes da Embrapa que participaram de audiência pela manhã. Ele disse que estudos da empresa têm contribuído para o aprimoramento da qualidade e da produtividade da cafeicultura.

O senador ressaltou que o Brasil é o maior exportador de café e ocupa a segunda posição entre os países consumidores da bebida. Segundo ele, o país deve chegar ao primeiro posto de maior nação consumidora de café nos próximos anos, superando os Estados Unidos.

Suplicy salientou que a cafeicultura brasileira pune qualquer tipo de trabalho escravo ou infantil nas lavouras e que as leis brasileiras são as mais rigorosas entre os países produtores de café. Os produtores brasileiros preservam a fauna e a flora nativas, controlam a erosão e preservam as fontes de água, o que assegura a preservação de uma das maiores biodiversidades do mundo, ressaltou o senador.

Armando pede mais rapidez nas obras contra a seca



A atual seca no Nordeste é uma das piores dos últimos 40 anos, disse ontem Armando Monteiro (PTB-PE). Ele apontou prejuízos irreparáveis com perdas de plantações e rebanhos.

— Em Pernambuco, 122 municípios, ou seja, cerca de dois terços do total, estão em estado de emergência. São 1,2 milhão de pernambucanos que sofrem os efeitos dessa estiagem — relatou.

O senador reconheceu que estão sendo adotadas medidas emergenciais pelos governos estadual e federal. Ele ainda elogiou as iniciativas da presidente Dilma Rousseff de autorizar o Exército a contratar mais carros-pipa para operar no Nordeste e de prorrogar por mais dois meses a bolsa-estiagem. Em relação às ações de médio e longo prazo, ele defendeu aceleração nas obras de transposição do Rio São Francisco, na construção de barragens e cisternas e na implantação de um sistema de adutoras. Em Pernambuco, ressaltou, é crucial priorizar as obras da adutora do Rio Pajeú.

— A expectativa é que, com a conclusão da obra, sejam beneficiadas 340 mil pessoas — afirmou.

Brasileiro consome mais de cinco quilos de agrotóxico por ano

Agrônomos estão sendo contratados por empresas do ramo de agrotóxicos e fertilizantes com salários atrelados à metas de venda dos produtos a agricultores. O alerta foi feito por Moka durante o debate.

O senador se mostrou preocupado com o desvirtuamento da profissão, cujo papel é o de orientar produtores rurais sobre as melhores técnicas de plantio, inclusive do ponto de vista ambiental e da saúde humana e animal.

— Se temos jovens agrônomos que recomendam agrotóxicos a mais, com o objetivo de ter salário maior, é muito grave, pois deveriam estar orientando para o uso mínimo. Vou apresentar proposta de legislação severa contra esse tipo de comportamento — frisou Moka

Rocha e Brito confirmaram a prática, especialmente entre agrônomos contratados por grandes empresas que vendem agrotóxicos e outros insumos. O presidente da Asbraer disse que o Brasil está entre os maiores consumidores per capita de agrotóxicos do mundo.

— Cada um de nós consumimos 5,2 quilos de agrotóxicos por ano, o que representa US\$ 9 bilhões — disse.

Senadores pelo Rio de Janeiro consideram que erro verificado no texto aprovado nas Casas do Congresso é de conteúdo, enquanto o presidente da Câmara e o autor do substitutivo apontam lapso formal

Falha na tabela do projeto dos royalties gera polêmica

O IMPASSE SOBRE a redistribuição dos royalties do petróleo ressurgiu ontem, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado. O embate envolve a batalha pelo reexame do PLS 448/11 nas duas Casas do Congresso empreendida pelo Rio de Janeiro e pelo Espírito Santo — estados produtores que perdem recursos com aprovação da proposta — e questões regimentais e constitucionais relativas ao processo legislativo.

O cerne do problema é um lapso no cálculo de porcentagem na tabela proposta pelo Senado para repartição dos royalties de 2012 a 2020. Um aumento de 1% a partir de 2017 na quantia destinada aos municípios afetados por operações de embarque e desembarque de petróleo — que não fica clara na tabela — leva o total distribuído a 101%, e não 100%.



Sessão de 19 de outubro de 2011 aprova texto de Vital do Rêgo (2º de esq.), sem o apoio de Lindbergh e Dornelles (2º e 1º à dir.)

A discussão atual é se esse lapso constitui um erro formal, de redação, que pode ser corrigido no texto que seguirá para a sanção presidencial ou se constitui um erro material, de conteúdo, o que obrigaria uma nova tramitação.

Os deputados contrários ao texto começaram a apostar num veto da presidente Dilma Rousseff.

Já o presidente da Câmara, deputado Marco Maia, disse que houve erro de impressão do texto que foi analisado pela Casa, e garantiu que a matéria não deve voltar ao Senado para ser consertada. Ele afirmou que o presidente do Senado, José Sarney, e Vital do Rêgo (PMDB-PB), autor do texto substitutivo aprovado nas duas Casas, já haviam verificado que a cópia analisada pelos senadores estava correta, sem o erro na tabela.

Após reunião com Sarney, Maia informou que a alteração será feita de acordo com os Regimentos

Internos das duas Casas, e deverá ser concluída na próxima semana.

Na noite de quarta-feira, Vital apresentou ofício à Mesa admitindo que a “redação dá margem à imprecisão do texto” e pediu a correção. O ofício foi enviado à publicação e à Câmara.

Na sessão plenária de ontem, no entanto, Francisco Dornelles (PP-RJ) considerou que o erro “afeta substancialmente o mérito do projeto e não pode ser corrigido como se fosse um lapso de redação”, uma vez que altera em um terço o percentual recebido pelos municípios afetados pelas operações de embarque e desembarque. Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que houve “erro grosseiro”, com “alteração do sentido”. Na opinião do senador, é preciso voltar o texto ao início da tramitação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

Durou sete horas a queda de braço pelos royalties do petróleo no Plenário do Senado na sessão de 19 de outubro de 2011. No final, os estados produtores de petróleo foram suplantados pela maioria. Aprovou-se o substitutivo de Vital do Rêgo ao PLS 448/11.

Pelo texto, a fatia da União nos royalties é reduzida de 30% para 20% em 2012. A dos estados produtores cai de 26,25% para 20%. A dos municípios produtores, de 26,25% para 17% em 2012, chegando a 4% em 2020. Os municípios afetados pela exploração de petróleo também sofrem cortes: de 8,75% para 2%. Estados e municípios não produtores saltam de 8,75% para 40%.

Demorou um ano para que a Câmara fechasse acordo em torno da proposta de Vital. No Plenário, o deputado Carlos Zarattini viu o problema do texto do Senado: — Ele não fecha em alguns pontos e não se sustenta, com equívocos de redação ou matemática.

Ele se referia à tabela de repartição dos royalties de 2012 a 2020 e aos índices previstos a partir de 2017, que somam 101% no caso dos contratos de concessão para o petróleo da plataforma continental (mar), seja da camada pré-sal ou não.

Projeto levou um ano para ser votado pela Câmara

Projeto levou um ano para ser votado pela Câmara

Durou sete horas a queda de braço pelos royalties do petróleo no Plenário do Senado na sessão de 19 de outubro de 2011. No final, os estados produtores de petróleo foram suplantados pela maioria. Aprovou-se o substitutivo de Vital do Rêgo ao PLS 448/11.

Dornelles: “Regimento Interno determina nova deliberação”

Francisco Dornelles disse considerar que, no caso do erro na tabela do projeto aprovado nas duas Casas do Congresso sobre distribuição dos royalties do petróleo, não se aplica o dispositivo do Regimento Interno do Senado que permite mudança na redação quando houver “inexatidão material, devida a lapso manifesto ou erro gráfico, cuja correção não importe alteração do sentido da matéria”.

O senador encaminhou ofício ao presidente do Senado, José Sarney, observando que a modificação proposta por Vital do Rêgo reduziria de 3% para 2% os royalties para os municípios afetados pelas operações de embarque e desembarque, o que acarretaria “perda de um terço do valor efetivamente aprovado nesta Casa e também na Câmara dos Deputados”.

Ele destacou o trecho do Regimento Interno segundo o qual “em se tratando de contradição, incoerência, prejudicialidade ou equívoco que importe em alteração do sentido do projeto, quando a matéria tenha sido encaminhada à sanção ou à Câmara, o presidente, após manifestação do Plenário, comunicará o fato ao presidente da República ou à Câmara, remetendo novos autógrafos, se for o caso, ou solicitando a retificação do texto, mediante republicação da lei”.

Lindbergh observou que, no substitutivo, Vital dispôs que o percentual de royalties destinado aos municípios produtores de petróleo é de 3%. Com isso, a soma, em 2017, chega a 101% em vez de 100%. O próprio Vital alegou, no ofício, que o percentual correto é de 2%.

Na opinião de Lindbergh, o melhor caminho é o Senado levar o tema à Comissão de Constituição e Justiça e “começar um procedimento para corrigir o erro”.

— O projeto não pode seguir dessa forma à sanção da Presidência da República — protestou.

Na presidência dos trabalhos, Tomás Correia (PMDB-RO) afirmou que a Mesa encaminharia a indagação de Lindbergh a Sarney.

Lindbergh aponta erro grave de conteúdo em proposta aprovada

Lindbergh observou que, no substitutivo, Vital dispôs que o percentual de royalties destinado aos municípios produtores de petróleo é de 3%. Com isso, a soma, em 2017, chega a 101% em vez de 100%. O próprio Vital alegou, no ofício, que o percentual correto é de 2%.

Na opinião de Lindbergh, o melhor caminho é o Senado levar o tema à Comissão de Constituição e Justiça e “começar um procedimento para corrigir o erro”.

— O projeto não pode seguir dessa forma à sanção da Presidência da República — protestou.

Na presidência dos trabalhos, Tomás Correia (PMDB-RO) afirmou que a Mesa encaminharia a indagação de Lindbergh a Sarney.

Para Cristovam, nova regra é desastrosa porque não prevê verba para educação

Cristovam Buarque (PDT-DF) classificou como desastre a aprovação na Câmara do projeto de lei que redistribui os royalties do petróleo.

Ao contrário do substitutivo apresentado pelo deputado Carlos Zarattini (PT-SP), apoiado pelo governo, a versão aprovada não atrela os royalties a gastos em educação.

Em discurso, Cristovam lembrou que não teve a oportunidade de votar o projeto durante a tramitação

no Senado porque a proposta foi aprovada por acordo de lideranças.

— Fomos derrotados. Houve uma dessas votações absurdas, “pela liderança”, em que ninguém sabe quem votou. Se perguntarem como votaram os senadores, a maioria nem sabe como votou — criticou.

O senador pediu ao governo



que “barre” o projeto e defendeu a votação do PLS 594/11, elaborado por ele e por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), para evitar que a questão seja julgada pelo Supremo Tribunal Federal.

— Falei ontem mesmo [quarta-feira] com o ministro Mercadante [da Educação] e com a ministra Gleisi [da Casa Civil], dizendo que temos que encontrar

uma saída para barrar esse projeto, que está nas mãos da presidenta. Temos que fazer isso enquanto costuramos um novo projeto. Aquele do senador Aloysio Nunes, com minha participação, está em andamento no Senado — disse.

A proposta dos dois senadores destina a rentabilidade de um fundo a ser criado com os recursos dos royalties da exploração do petróleo da camada pré-sal para as áreas

de educação, ciência e tecnologia. Também distribui os recursos levando em consideração a população de estudantes matriculados em cada município.

Cristovam comparou os recursos do pré-sal ao ciclo do ouro, entre os séculos 17 e 18, e disse que o Brasil não pode desperdiçar a nova oportunidade de utilizar uma riqueza finita para torná-la infinita, ao investir em educação.

Sarney: todos devem ser ouvidos sobre ICMS

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem que o governo precisa ouvir todas as posições antes de definir a alternativa para acabar com a chamada guerra fiscal entre estados.

A proposta do governo, apresentada na quarta-feira pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, aos governadores dos estados e do

Distrito Federal, prevê que a alíquota interestadual do ICMS seja unificada em 4% num período de oito anos.

— A reunião ontem do ministro com os governadores foi apenas uma primeira abordagem do assunto. Naturalmente que o ministro da Fazenda está colocando a posição do governo — afirmou Sarney.

Segundo o presidente do Senado, a questão se insere em uma discussão mais ampla que inclui os temas abordados pela Comissão do Pacto Federativo.

— Esse é um trabalho difícil que estamos procurando fazer, que é justamente de ajustar os problemas que estão surgindo dentro da Federação — disse.



Fernando Collor fala em comissão, entre Wanja da Nóbrega e Ricardo Tavares

Europa sairá forte da crise, diz embaixador indicado para a Itália

A Europa sairá fortalecida da atual crise econômica, previu o diplomata Ricardo Neiva Tavares. A indicação dele para o cargo de embaixador do Brasil na Itália foi aprovada ontem pela Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Questionado sobre as dificuldades econômicas da Europa, Tavares disse que a crise europeia pode ser considerada “uma soma de várias crises”. Entre elas, a da Grécia, fruto de descontroladas finanças públicas, e a da Espanha, consequência principalmente da especulação imobiliária.

Em sua opinião, a Europa não alcançará rapidamente altas taxas de crescimento, mas terá importantes conquistas políticas em decorrência da crise.

— A Europa sairá fortalecida. Tem melhorado seus

mecanismos de defesa, como o Fundo Europeu de Estabilidade Financeira, e o Banco Central Europeu tem tido um papel importante na estabilização. Caminha para uma união bancária e uma união fiscal parcial — disse.

Bangladesh

A indicação da diplomata Wanja Campos da Nóbrega para o posto de embaixadora em Bangladesh também foi aprovada ontem pelos senadores da Comissão de Relações Exteriores.

— Bangladesh surpreende o mundo com um crescimento de 6% ao ano. Saiu de uma fome profunda para ser quase autossuficiente em arroz — disse Wanja.

A reunião de ontem foi conduzida por Fernando Collor (PTB-AL), presidente da comissão.

Unificação de alíquota é polêmica, afirma Casildo

Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse ontem que a proposta do governo de unificar o ICMS em 4% é polêmica, tendo em vista a realidade distinta entre os estados.

Embora tenha ressaltado que “ninguém quer a guerra fiscal”, o senador não crê na criação de um fundo de compensação.

— A compensação vem a conta-gotas. Tem que implorar com chapéu na mão, não tem como programar orçamento — disse, lembrando que os estados ainda aguardam recursos perdidos em função da Lei Kandir.



Sem prazo para exame, MP do Pasep perde validade hoje

A Medida Provisória (MP) 574/12, que trata das dívidas de estados e municípios com o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), não será lida no Plenário do Senado e, com isso, perderá a validade hoje. O Presidente da Casa, José Sarney, confirmou ontem a decisão.

Aprovada pela Câmara na semana passada, a MP foi enviada ao Senado menos de dez dias antes de perder a validade. Os senadores vêm criticando com frequência o tempo para o exame da maioria das MPs, pois quase todo o prazo de tramitação é gasto na Câmara.

Cidinho defende emendas a MP que incentiva exportação

Em discurso na quarta-feira, Cidinho Santos (PR-MT) defendeu duas emendas que apresentou à Medida Provisória (MP) 585/12, em tramitação no Congresso.

A MP dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro da União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para incentivar exportações. Segundo o senador, as emendas elevam o valor do repasse em quase R\$ 600 milhões, para minimizar as perdas com a queda nas exportações e com a redução feita pelo governo federal no IPI e na Cide.



Lúcia Vânia pede ajuste em medida sobre Centro-Oeste

Apesar de reconhecer a relevância e a urgência da medida que trata do funcionamento do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), Lúcia Vânia (PSDB-GO) disse temer que a MP 581/12 desconstrua a superintendência da região (Sudeco), caso venha a retirar do Conselho Deliberativo do órgão o controle sobre o fundo.

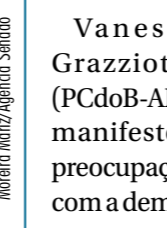
— Tal como estabelecido na MP, o FDCO passará a ser um ativo financeiro de seus agentes operadores, à semelhança das demais agências, com o agravante de que a Sudeco não tem o seu banco regional — disse.



Randolfe critica proposta para partilha do FPE

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) manifestou preocupação com a proposta apresentada pela Comissão do Pacto Federativo para novas regras de distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Para ele, os critérios sugeridos mantêm erros apontados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) ao julgar os atuais parâmetros inconstitucionais. E podem aprofundar as diferenças entre os estados, já que se pautam no tamanho da população. O senador receia que uma nova lei baseada na proposta da comissão também seja considerada inconstitucional.



Vanessa: prazo para votar fundo está perto do fim

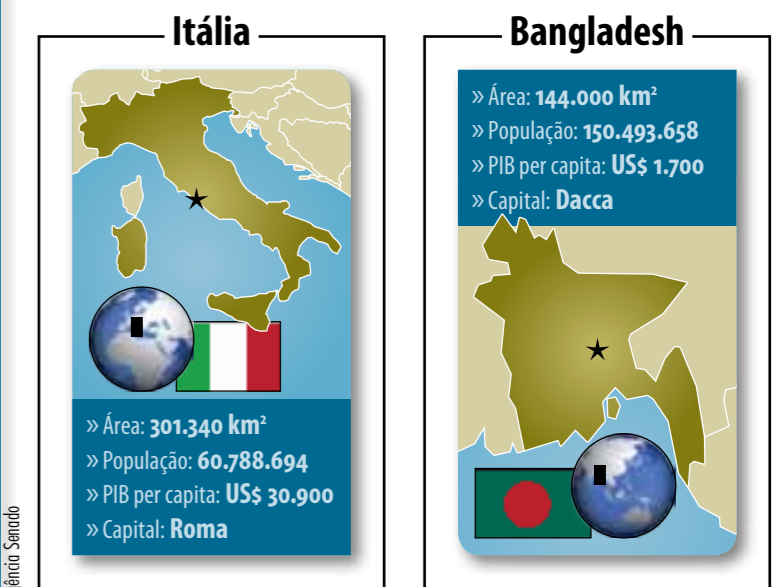
Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) manifestou preocupação com a demora na votação do novo regulamento do FPE. A parlamentar lembrou que os líderes no Congresso estabeleceram essa votação como prioridade. O STF fixou a data de 31 de dezembro como limite para votação das regras para o fundo.

— A boa disposição dos líderes não logrou ser convertida em ação. Eis que nos encontramos próximos do final do ano e nem sequer analisamos uma matéria que precisa ser votada pelo Senado e pela Câmara.

Para Pinheiro, lei prejudica prefeitos eleitos neste ano

Walter Pinheiro (PT-BA) defendeu ajuste na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para impedir que prefeitos em fim de mandato sejam responsabilizados por problemas de caixa decorrentes de baixa arrecadação por motivos externos.

Em 2013, disse, haverá uma agonia de prefeitos tendo que responder por dívidas do passado. Pela LRF, é vedado ao titular de poder ou órgão, nos últimos dois quadrimestres do mandato, contrair despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro do período ou que tenha parcelas a ser pagas no ano seguinte sem haver caixa.



Comissão aprova projeto do governo que cria 100 vagas de controlador aéreo

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou ontem projeto que estabelece a criação de cem cargos de controlador de tráfego aéreo (PLC 15/11). O texto irá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

De autoria do Executivo, o projeto estabelece que a criação dos cargos fica condicionada à expressão autorização em lei orçamentária anual.

O relator, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), lembrou a crise no setor aéreo brasileiro, cujo estopim foi o acidente com um

avião da Gol em 2006.

— Não temos dúvida de que a criação de cargos de controladores de tráfego aéreo é medida necessária e urgente.

Na mesma reunião, foi aprovado um requerimento de Luiz Henrique (PMDB-SC) para a realização de audiência sobre os projetos estratégicos da Força Aérea. Foi também aprovado requerimento contendo sugestão de Tomás Correia (PMDB-RO) ao Executivo para que suba de cinco para dez anos o prazo de validade do passaporte brasileiro.

Humberto defende responsabilização de maus gestores do SUS

Humberto Costa (PT-PE) defendeu ontem, em Plenário, projeto de autoria dele que prevê a responsabilidade sanitária dos gestores no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), nos moldes da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Ele pediu agilidade na tramitação da matéria, que aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O senador contou que participou, na quarta-feira, de uma reunião do Conselho Nacional de Saúde em que o projeto (PLS 174/11) foi debatido. Ele agradeceu o interesse do conselho e as sugestões para o aprimoramento da proposta.

De acordo com Humberto, a iniciativa de uma lei de responsabilidade sanitária é relevante para a modernização do SUS. O senador explicou que o objetivo é dar uniformidade às políticas de saúde, prevendo uma forma de os gestores serem cobrados em caso de não cumprimento de responsabilidades e obrigações. A lei afetaria União, estados e municípios.

— A definição das responsabilidades permite um melhor controle das decisões dos gestores, prevendo transparência na execução e na fiscalização das políticas públicas da saúde.

Ele observou que o projeto prevê multa, prisão e perda do cargo público para o mau gestor, além de tratar do termo de ajuste de conduta sanitária (Tacs).



Senadora Maria do Carmo Alves (C) conduz audiência que integrou a 5ª Semana de Valorização da Primeira Infância

Ações para infância devem ser integradas, diz analista

Em debate ontem no Senado, assessor da Organização Mundial para Educação Pré-Escolar disse que o país já possui iniciativas para propiciar uma infância feliz, mas falta olhar a criança como um ser integral

O BRASIL PRECISA avançar na integração dos diferentes programas, planos e políticas voltados à criança. A avaliação foi feita pelo especialista em educação infantil Vital Didonet em audiência no Senado.

Assessor da Organização Mundial para Educação Pré-Escolar (Omep), ele participou ontem do debate "O desenvolvimento integral da criança — da teoria à prática", promovido pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), como parte da 5ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz.

— Nós temos visões parciais, olhares setorializados, ações voltadas para áreas ou temas específicos. E quando se pensa a nação brasileira voltada para as suas crianças, a sociedade que se compromete com a sua infância, ela tem de ter uma visão de integralidade, integrando os diferentes olhares, as diferentes políticas e diferentes planos setoriais — ressaltou.

Didonet afirmou que o país já possui políticas e soluções técnicas para enfrentar as questões relacionadas a essa parcela da população e propiciar uma infância feliz. O que falta, segundo ele, é a sociedade e o governo olharem a criança como um ser integral e sujeito de direitos.

O especialista destacou como exemplo de avanço nas políticas voltadas para as crianças o plano nacional lançado em dezembro de 2010 pela Rede Nacional Primeira Infância, que reúne organizações públicas e privadas.

No entanto, ele disse que a iniciativa tem de superar a abordagem da infância por temas específicos — como saúde, nutrição e violência —, e adotar diferentes ações com visão abrangente das necessidades infantis.

Didonet informou que o ano de 2022 foi definido como prazo para avaliação de melhorias para as crianças brasileiras. Ele destacou a responsabilidade

da família, da sociedade e do Estado para que haja complementaridade das ações.

A diretora do Instituto Sidartha (SP), Claudia Siqueira, também enfatizou a importância de a sociedade se envolver na melhoria da educação.

Para ela, o sistema educacional brasileiro adota costumes do século 19, embora haja estudos e dados que permitem fazer melhores escolhas e tirar a escola do passado.

Claudia observou que, na visão infantil, a escola é similar a uma prisão, e que o desenvolvimento saudável das crianças deve se dar por meio do ato de brincar, sem interferência pedagógica do educador e sem locais específicos para isso. Ela defendeu a utilização de todos os espaços da escola para as brincadeiras.

— Criança precisa sentir, criança precisa experimentar. A criança se apropria do mundo brincando. Ela está experimentando, e brincar é uma das estruturas — disse.

Davim: avaliação de estudante de Medicina deve ser continuada

Paulo Davim (PV-RN) defendeu uma avaliação anual dos estudantes de Medicina do país. O senador comentou o PLS 217/04, que institui um exame nacional de proficiência como requisito para o exercício da medicina.

— O objetivo do projeto é impedir a proliferação indiscriminada de escolas médicas e a formação de médicos com baixa qualidade técnica e intelectual. É proteger a sociedade. Mas será que uma avaliação teórica no final do curso é o suficiente para dizer quem será bom e quem será mau médico? Claro que não. Defendemos que essa avaliação seja continuada, do 1º ao 6º ano do curso de Medicina. Que se considere os desempenhos teórico e prático, mas também se avalie a postura ética, o comportamento profissional, a capacidade de liderança, a iniciativa desse estudante que no futuro será um profissional médico — explicou.

Problemas

De acordo com Davim, o Brasil é o segundo país com mais faculdades de Medicina, 187, perdendo apenas para a Índia, que tem 257.

Entretanto, ponderou, o ensino médico no país enfrenta problemas como projetos pedagógicos inadequados, falta de professores, professores mal qualificados e ausência de hospitais-escola. Na opinião de Davim, "os sistemas de avaliação de várias dessas faculdades também deixam a desejar".



Davim defende que exame leve em conta também a postura ética

Evento discute sistema alternativo ao PNE

A CE realiza hoje, a partir das 10h, seminário e debate aberto com o tema "Sistema Nacional de Conhecimento e Inovação (SNCI) — uma alternativa ao PNE?".

O segundo Plano Nacional de Educação (PNE-II), proposto pelo governo, foi aprovado pela Câmara e está no Senado.

O convite para o seminário, enviado por Cristovam

Buarque (PDT-DF), foi lido por Paulo Paim (PT-RS) na audiência de ontem na CE.

O evento de hoje também faz parte da programação da 5ª Semana de Valorização da Primeira Infância.



Projeto do senador cria lei de responsabilidade sanitária

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

Primeiro-vice-presidente: Anibal Diniz

Segundo-vice-presidente: Waldemir Moka

Primeiro-secretário: Cícero Lucena

Segundo-secretário: João Ribeiro

Terceiro-secretário: João Vicente Claudino

Quarto-secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burl

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



Leticia Teixeira (Ministério das Cidades), Antonio Valente, Eduardo Braga, Mauro de Almeida, Bruno Ramos (Anatel) e Érica Castilho (Iphan) em audiência

Para expandir rede 4G, governo e empresas querem “lei das antenas”

Consultor do Ministério do Meio Ambiente critica proposta de Vital do Rêgo, defendida por outros representantes do governo, de uma lei federal com normas gerais de políticas urbana, ambiental e de saúde para instalação de infraestrutura de telecomunicações

EM BUSCA DA expansão da rede de telefonia celular e da internet banda larga, especialmente a que utiliza tecnologia de quarta geração (4G), o governo federal e as empresas do setor defendem uma “lei das antenas”, de âmbito federal. Assim, eles esperam superar as restrições que as legislações municipais impõem à instalação de antenas. Os argumentos das prefeituras se referem a questões como risco à saúde, impacto ambiental e preocupações urbanísticas.

Para discutir o assunto, várias comissões do Senado realizaram conjuntamente uma audiência pública ontem. O ponto de partida do debate foi o projeto de Vital do Rêgo (PMDB-PB) que pode dar origem à lei das antenas.

O PLS 293/12 prevê que a expedição de licenças pelos órgãos estaduais e municipais competentes deverá conciliar-se com as políticas públicas aplicáveis aos serviços de telecomunicação estabelecidas pela União. O principal questionamento foi relacionado

à competência constitucional de legislar sobre o tema e ao conflito entre uma lei federal e diversas legislações municipais.

Defendendo a matéria, o relator, Eduardo Braga (PMDB-AM), disse acreditar que o projeto “pode estabelecer diretrizes e parâmetros no âmbito da competência concorrente” — ou seja, a União estabelece as normas gerais e estados e municípios podem ter leis específicas, mas que não conflitem com a lei federal. Ele reiterou que “há competência constitucional para que essa lei estabeleça as diretrizes”.

— Quando se trata de um plano nacional, não pode haver, por exemplo, uma regra para a cidade do Rio de Janeiro que não permita levar a comunicação para Niterói, porque tudo isso depende da interconexão — explicou.

Licenciamento

No entanto, o consultor jurídico do Ministério do Meio Ambiente Mauro

de Almeida ressaltou que “não é do interesse do ministério federalizar questões de licenciamento ambiental relacionadas a esse tipo de atividade”.

— O fórum adequado para discutir as questões técnicas de licenciamento ambiental relacionadas a esses casos seria o Conselho Nacional do Meio Ambiente [Conama]. Da forma como está esse projeto de lei, pode haver problemas na sua efetividade — afirmou.

Almeida ressaltou que a Lei Complementar 140/11 fixou atribuições específicas para os municípios no que se refere ao licenciamento ambiental. Também argumentou que a lei complementar “é, indiretamente, uma norma constitucional”, já que regulamenta o artigo 23 da Constituição.

Braga informou que receberá sugestões ao texto até quarta-feira e apresentará seu relatório em 20 de novembro.

— Esperamos votar esse projeto no Plenário do Senado daqui a três semanas — declarou o senador.

Telefônicas têm prazo para Copa das Confederações

Representando as empresas de telefonia, o presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil), Antonio Carlos Valente, lembrou que as operadoras têm prazo fixado pelo governo até o final de abril do ano que vem para implantar redes 4G nas cidades-sede da Copa das Confederações. A meta é finalizar a rede 4G até o final do ano que vem em todas as cidades-sede da Copa do Mundo de 2014. Até maio de 2014, as operadoras deverão atender todas as capitais e cidades com mais de 500 mil habitantes.

— A instalação de equipamentos depende, entre outros itens, de licenciamento municipal. Mas estamos enfrentando muitas dificuldades — disse.

Segundo Antonio, há mais de 250

legislações estaduais e municipais (principalmente municipais, disse) que restringem ou proíbem a implantação de infraestrutura de telecomunicações.

— E nosso entendimento é que as estações rádio base não se enquadram como atividades poluidoras — afirmou.

Ao defender uma lei federal que ofereça uniformização nas exigências, o presidente da Telebrasil reiterou a dificuldade e a complexidade para atender várias legislações diferentes.

O diretor do Departamento de Banda Larga do Ministério das Comunicações, Artur Coimbra, também ressaltou que o prazo para a implantação do 4G para a Copa das Confederações está acabando.

— São raríssimos os casos em que prefeituras emitem as respectivas

licenças em menos de seis meses. E, com frequência, os licenciamentos saem após um ano — informou.

Para Coimbra, quando os municípios atuam com leis que restringem a instalação de antenas com receio — segundo ele, “pouco justificado” — quanto a possíveis doenças decorrentes de radiação, pode ocorrer uma “reação perversa”: as antenas restantes, para atender a mesma cobertura que seria feita por um número maior de antenas, acabam aumentando a potência e, com isso, a exposição da população a eventuais radiações.

A audiência foi promovida por quatro comissões: de Ciência e Tecnologia (CCT), de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), de Assuntos Sociais (CAS) e de Meio Ambiente (CMA).

Souza comemora reeleição de Obama nos EUA

A reeleição de Barack Obama para a presidência dos Estados Unidos foi comemorada por Sérgio Souza (PMDB-PR). O senador disse que Obama defende “as bandeiras do incentivo ao multilateralismo na governança global e, sobretudo, a promoção do diálogo e da paz no planeta”.

— Obama é o melhor para conduzir a maior economia do mundo nos próximos quatro anos — disse.

Souza disse acreditar que, com o crescimento da economia dos Estados Unidos, o segundo mandato do presidente poderá ter maiores avanços em temas como o controle das mudanças climáticas e o processo de negociação para a paz no Oriente Médio, ainda que o andamento desses assuntos não dependa “da vontade única de um chefe de estado”.

O senador destacou ainda que, atualmente, os Estados Unidos são o segundo parceiro comercial do Brasil, atrás apenas da China. Ele ressaltou que as exportações para os EUA são diversificadas e garantem maior emprego para o Brasil. Souza comemorou ainda a “certeza” da permanência do diplomata Thomas Shannon na embaixada dos EUA.



Presidente dos Estados Unidos buscará promover a paz e o diálogo, diz Souza

Oposição pede ao MP apuração sobre Delta e campanhas políticas

Além de fomentar atividades ilícitas do grupo criminoso comandado por Carlinhos Cachoeira, o esquema de desvio de recursos da construtora Delta também servia para o pagamento de propinas e para o financiamento de campanhas políticas. A denúncia é de Alvaro Dias (PSDB-PR), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Cyro Miranda (PSDB-GO) e outros parlamentares de oposição, que pediram ao Ministério Público o prosseguimento das investigações sobre o envolvimento da construtora com “laranjas” ligados ao esquema do contraventor goiano.

Segundo a representação, enviada à Procuradoria-Geral da República na quarta-feira, a partir da quebra dos sigilos bancário e fiscal da empreiteira dos últimos dez anos foram constatadas transações financeiras que somavam um volume equivalente a R\$ 12,34 bilhões. “A análise dos dados ao longo da CPI trouxe à luz um forte esquema de simulações de negócios. A empreiteira valia-se de ‘fantasmas’ ou ‘laranjas’ para movimentar recursos financeiros com objetivos espúrios e ilegais”, aponta o documento.

Em crise, fundo de pensão não tem dinheiro para pagar 13º de portuário

Portus tem rombo de R\$ 4 bilhões, provocado por inadimplência de estatais patrocinadoras; trabalhadores cobram ação do governo

O PORTUS, FUNDO de previdência complementar dos portuários, busca uma solução para cobrir seu rombo, estimado em R\$ 4 bilhões, e voltar a operar normalmente. O desafio mais imediato é garantir uma injeção de caixa de R\$ 150 milhões, dinheiro que servirá para o pagamento do 13º salário dos aposentados e pensionistas.

Submetido a três intervenções seguidas, o Portus chegou a essa situação devido

à inadimplência das empresas patrocinadoras. Essa foi a explicação apresentada ontem por dirigentes de entidades que representam os portuários, em audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

— Todos os trabalhadores estão rigorosamente em dia com suas contribuições, mas as patrocinadoras não honraram com sua parte. Assim chegamos a esta triste situação

— afirmou Vilson Balthar Arsenio, presidente da União Nacional das Associações dos Participantes do Portus (Unaportus).

Cerca de 300 portuários de diferentes estados foram à audiência, sugerida pelo presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS). Nem todos conseguiram lugar no próprio espaço da comissão, mas puderam acompanhar os trabalhos por telões, em duas outras salas. Eles cobram do

governo uma solução para as dificuldades do fundo, já que as patrocinadoras inadimplentes são estatais federais — 14 companhias portuárias, duas no momento sob gestão estadual.

— Quem deve é o governo. Não é caridade. Nós compramos um produto [previdência] e temos o direito de receber — afirmou Nildes Sampaio da Silva, sindicalista e empregada da Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ).



O senador Paulo Paim (C) coordena a audiência pública em que se discutiram as dificuldades do Portus, fundo de pensão dos trabalhadores portuários

Governo estuda liberar R\$ 150 mi para Portus

O Portus tem 11 mil participantes, mas hoje só 2.255 são contribuintes ativos. Outros 5.706 são aposentados e 3.021 estão vinculados como pensionistas.

Devido às intervenções, os planos de previdência deixaram de ser oferecidos aos novos empregados. Os sindicalistas querem o saneamento para reabrir as vendas e colocar todos os empregados sob a proteção do fundo.

O presidente da Federação Nacional dos Portuários (FNS), Eduardo Guterra, disse que a dívida das patrocinadoras se acumula há anos. Do total de R\$ 4 bilhões, R\$ 1,2 bilhão surgiram a partir do desligamento da Portobras, estatal que foi extinta em 1991 e que era uma das patrocinadoras do Portus. Ele disse que a Justiça já condenou a União a pagar esse passivo.

Parcelamento

Os portuários estão abertos a negociar com o governo, como adiantou Guterra. Ele afirmou que a entidade já recebeu garantia de que desta vez o Portus será saneado. Segundo disse, o pagamento da dívida não precisa ser feito de uma só vez, podendo ser escalonado a longo prazo. A entidade aceita receber títulos do Tesouro e

condicionar parcelas às receitas das companhias docas.

Guterra só descartou a hipótese de que nessa negociação com o governo haja dispensa dos juros devidos pelas patrocinadoras pelo atraso no pagamento das contribuições. Também disse que não se pode abrir mão de projeção dos lucros que o plano deixou contabilizar com a aplicação do dinheiro, caso as contribuições tivessem sido pagas no tempo certo.

— Estamos velhinhos demais para “tomar um chapéu” desses — comentou Guterra, usando expressão popular que se refere a dívida não paga.

Pela Secretaria

de Portos da Presidência da República, participou o secretário-executivo, Mário Lima Júnior. Ele confirmou que o governo optou pela intervenção como forma de “instrumentalizar o saneamento”. Neste momento, ele disse que o grupo de trabalho está examinando os dados de uma auditoria das dívidas, do que depende para, inclusive, examinar a liberação dos R\$ 150 milhões para o pagamento do 13º salário dos

aposentados e pensionistas.

O representante da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), Dagomar Alécio Anhô, não fez referência ao valor que seria devido pelas patrocinadoras.

Recuperação

Ele, porém, informou que o Portus apresenta uma insuficiência atuarial de R\$ 3 bilhões. Seria a diferença entre seus compromissos e o patrimônio, de US\$ 270 milhões, o necessário para que o plano possa voltar a funcionar regularmente.

— Estamos nos preparando para um plano de recuperação que venha a ser proposto. Aguardamos a decisão do grupo de trabalho para ver o tratamento a ser dado ao Portus — observou Anhô.

O deputado federal Paulo Ferreira (PT-RS) revelou que pretende tratar da questão do Portus em audiência já marcada com o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, na próxima semana. Um dos pontos seria o dinheiro do 13º de aposentados e pensionistas.

Funcionários querem que bens de diretores sejam desbloqueados

Os trabalhadores do setor portuário pediram, na audiência, que fossem liberados os bens pessoais dos integrantes da última diretoria do Portus.

O Portus está sob intervenção devido ao desequilíbrio entre seu patrimônio e compromissos com os participantes. A intervenção deveria ser encerrada em 30 de novembro próximo, mas deverá ser prorrogada por mais 90 dias.

Os portuários alegam que já houve inspeções, sem a constatação de irregularidades por parte dos dirigentes. Segundo os trabalhadores, os problemas decorrem de calotes praticados pelas empresas patrocinadoras. Por isso, entendem que os dirigentes são injustiçados.

O representante da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), Dagomar Alécio Anhô, explicou que a entidade não age arbitrariamente contra os dirigentes — a indisponibilidade está prevista na lei, que alcança os que ocuparam cargos de direção nos 12 meses anteriores à intervenção. Ele disse que a equipe de intervenção está finalizando a “ultimização de inspeção”. Ao fim, dirigentes não citados poderão pedir a liberação dos bens.

Paim defende fim do fator previdenciário

Paulo Paim (PT-RS) pediu o fim do fator previdenciário, um mecanismo criado pelo governo em 1999 para elevar o tempo de contribuição dos trabalhadores e evitar que eles se aposentem precocemente.

O fator previdenciário reduz o valor das aposentadorias. Quanto mais longe da idade mínima (65 anos para homens e 60 para mulheres) a pessoa se aposenta, mais pesado é o fator.

O projeto PLS 296/03, redigido por Paim para acabar com o fator previdenciário, tramita na Câmara e está pronto para votação do Plenário.

— O presidente da Câmara, Marco Maia, disse que colocará o projeto em votação entre 21 e 22 [de novembro]. Como sei que será feito um substitutivo ao projeto, ele voltará para o Senado, e o Senado não há de vacilar — afirmou.

O fim do fator chegou a ser aprovado pelo Congresso, mas foi vetado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2010. Paim disse confiar na sanção da presidente Dilma Rousseff.

Souza pede à Câmara que aprove criação de 4 tribunais federais

Sérgio Souza (PMDB-PR) pediu a criação de mais Tribunais Regionais Federais (TRFs). Ele fez um apelo aos deputados para que aprovem a PEC 544/02, que cria quatro TRFs, com sede no Paraná, em Minas Gerais, na Bahia e no Amazonas. Segundo o senador, o presidente da Câmara, Marco Maia, prometeu colocá-la em pauta na semana que vem.

Souza é autor da PEC 42/12, que cria um Tribunal Regional Federal no Paraná e deve ser votada em primeiro turno pelo Plenário do Senado. Ele disse, porém, que prefere ver aprovada a PEC que há dez anos tramita na Câmara.

O senador afirmou trabalhar pelo tema desde que tomou posse, no ano passado. Ele integra a frente parlamentar pela aprovação da PEC 544/02. Reuniões, atos públicos e estudos já foram feitos, incluindo um encaminhado pelo ministro Ari Pargendler, então presidente do Superior Tribunal de Justiça, demonstrando que os recursos da Justiça comportam novos tribunais.